



PARLAMENTO NACIONAL DE TIMOR-LESTE
Conselho de Administração

ACTA DA
7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(II LEGISLATURA)

Convocada para o dia 16 de Abril de 2010, a 7ª reunião ordinária do Conselho de Administração teve lugar no dia agendado, com início às 10:20 horas.

A reunião foi presidida pelo Presidente do Parlamento Nacional e do Conselho de Administração, Senhor Fernando La Sama de Araújo e contou com a presença dos seguintes Membros: Deputado Antoninho Bianco, da FRETILIN, Deputado Arão Noé de Jesus Amaral, do CNRT, Deputada Gertrudes Moniz, do PD, Deputado Domingos da Costa, da ASDT, Sr. Adelino Afonso de Jesus, Representante dos Funcionários e Sr. João Rui Amaral, Secretário-Geral do PN e Secretário do Conselho de Administração.

Agenda de trabalho

A agenda de trabalhos foi aprovada com uma alteração ao ponto quatro, para se acrescentar a autorização para a contratação de dois assessores internacionais, e a adição do ponto 5 sobre o relatório de execução orçamental do 1º Trimestre de 2010. Com as alterações introduzidas, a agenda de trabalhos ficou assim composta:

1. Aprovação da Acta da reunião anterior (6ª Reunião Ordinária)
2. Informações do Secretário-Geral ao Conselho de Administração:
 - a) Recrutamento para o Quadro de Pessoal - actualização da informação sobre o andamento do processo.
 - b) Orçamento rectificativo – informação sobre os preparativos.
 - c) Auditoria financeira - actualização da informação sobre o andamento do processo.

- d) Devolução dos veículos do Estado – Informação sobre a implementação da directiva do C.A.
 - e) Cooperação Técnica com Portugal - informação sobre o estado da implementação do programa de cooperação.
2. Viaturas dos Deputados: Análise da proposta e estratégia para a privatização das viaturas.
 3. Orçamento Rectificativo.
 4. Autorização para a contratação de assessor internacional e prorrogação de contrato de trabalho temporário.
 5. Relatório de execução orçamental do 1º Trimestre de 2010

PONTO 1 DA AGENDA – APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR (6ª REUNIÃO)

A acta da reunião anterior, a qual havia sido distribuída a todos os Conselheiros logo a seguir à sua realização, foi por todas achada conforme e unanimemente aprovada.

PONTO 2 DA AGENDA – INFORMAÇÕES DO SECRETÁRIO-GERAL AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dando início aos trabalhos, o **Presidente** passou a palavra ao **Secretário-Geral** para tratar do Ponto 1 da agenda, tendo este prestado a seguintes informações aos membros do Conselho:

a) Sobre o recrutamento para o Quadro de Pessoal:

O **Secretário-Geral** actualizou a informação prestada na reunião anterior, informando que se está na fase final da redacção da descrição de tarefas de cada cargo e a atribuição de graus. Referiu-se à necessidade de atrair candidatos para cargos de técnico superior (graus B e A), pelo que serão propostos alguns cargos para o grau B.

O **Conselheiros Antoninho Bianco** disse que de facto é necessário começar a fazer ingressar no Serviço Parlamentar quadros com nível de mestrado e doutorado, para se iniciar o processo de substituição dos técnicos internacionais. Referiu-se ainda à necessidade de os

processos de recrutamento serem rigorosos e baseados na definição apropriada dos perfis académicos e profissionais dos candidatos. Os concursos devem ser abertos ao público em geral.

A **Conselheira Gertrudes Moniz** afirmou que, embora os concursos devam ser abertos ao público em geral, devia dar-se preferência aos funcionários do Parlamento Nacional, no que foi secundada pelo Representante dos funcionários, **Conselheiro Adelino de Jesus**, que disse que primeiro deveria abrir-se os concursos apenas para os funcionários da Casa; as vagas que não fossem preenchidas seriam, então, anunciadas ao público.

O **Presidente** expressou a preocupação com a capacidade do Parlamento Nacional de reter os seus quadros e sugeriu que havia que começar a pensar em mecanismos para esse fim. Sendo verdade que não se pode prender ninguém a um determinado emprego, há no entanto que considerar a possibilidade de introduzir a assunção de compromissos para servir por períodos mínimos, digamos de 10 ou 15, ou 20 anos, antes de deixarem o Parlamento Nacional. Falando sobre a preocupação levantada pelos Conselheiros que o antecederam, em relação à qualidade dos recrutados, incitou os Conselheiros a fazerem-se presentes durante as entrevistas para observarem directamente como estas se processam e a qualidade dos candidatos, no que foi apoiado pelo **Secretário-Geral**.

O **Secretário-Geral** esclareceu que o processo de recrutamento é transparente e rigoroso, feito por um júri independente, e seguindo rigorosamente os preceitos legais.

b) Sobre o Orçamento Rectificativo:

O **Presidente** fez ele próprio a introdução ao tema, explicando que não haveria suplementação de verbas, mas apenas alteração nas dotações, nomeadamente a mudança de \$US 1,200,000 da Categoria de Capital de Desenvolvimento, previstos para o Novo Edifício do Parlamento Nacional, para Bens e Serviços.

Em relação ao Novo Edifício referiu à necessidade de se contemplar um orçamento global para o projecto, ao invés de orçamentá-lo em parcelas incluídas nos orçamentos anuais. Falou da possibilidade do recurso ao crédito que está nesse momento a ser negociado pelo Governo com Portugal. Explicou sobre as diligências que até agora tomou: sondou algumas

fontes, tendo resultado dessa sondagem uma disparidade enorme de custos estimados. Referiu-se que há que ter cuidado na condução do processo, de modo a conseguir a melhor relação custo-qualidade. Pensa que se deve divulgar a iniciativa da construção o mais amplamente possível, receber propostas de desenho e custo do maior número possível de empresas e depois proceder à avaliação das mesmas. Temos que ser muito conscienciosos na maneira como gastamos o dinheiro do Estado, que é dinheiro do Povo, cuja independência foi conquistada com enormes sacrifícios.

O **Secretário-Geral** explicou que as necessidades que justificavam a rectificação ao orçamento eram, principalmente: (i) a organização da 3ª Reunião da Assembleia Parlamentar da CPLP, cuja presidência cabe a Timor-Leste e que se realizará no início de 2011; (ii) actividades das Comissões com a realização de seminários internacionais e outras actividades, como viagens locais e internacionais; (iii) rendas e propriedades para fazer face ao pagamento de despesas de alojamento dos técnicos da Assembleia da República de Portugal que virão a Timor-Leste no âmbito do Programa de Cooperação Técnica 2009-2012; (iv) reabilitação da residência do Vice-Presidente Vicente Guterres; (v) manutenção de viaturas e combustível.

Intervindo de seguida, O **Presidente** afirmou não ser apologista do princípio segundo o qual os dinheiros orçamentados têm de ser gastos a todo o custo. O orçamento é uma previsão, verdade sim que é baseado em planeamento, mas se por quaisquer circunstâncias não se puder utilizar ou não for aconselhável fazer a sua utilização, melhor que não se faça do que dar-lhe uma má utilização.

O **Conselheiro Antoninho Bianco**, por sua vez, apelou a que as Comissões melhorem a sua capacidade de planeamento. Disse que elas devem nomeadamente prever reservas para imprevistos, de modo a não terem de recorrer à suplementação.

c) Sobre a auditoria financeira:

O **Secretário-Geral** deu conta do andamento dos encontros com o Auditor e dos trabalhos dos membros da equipa de trabalho do Auditor. Referiu que esclareceu ao Auditor que além de ser uma obrigação decorrente da LOFAP, a auditoria dará força moral ao Parlamento como órgão fiscalizador da acção do governo, nomeadamente da gestão financeira do Estado. Informou que a auditoria teve início a 15 de Março e continua em curso. É uma auditoria substancial e detalhada.

O **Presidente** reforçou a visão de que é necessário que o Parlamento Nacional, órgão com poderes de fiscalização do Executivo, dê provas de transparência e abertura ao controlo das suas contas e gestão financeira, para exercer a liderança por via do exemplo. Isto dará a necessária autoridade moral ao Parlamento Nacional no exercício das suas funções de fiscalização do Governo.

d) Devolução dos veículos do Estado:

O **Secretário-Geral** apresentou a inventariação dos veículos do Parlamento Nacional e a sua distribuição pelos diversos usos e finalidades (para uso dos Deputados, para uso operacional dos serviços, para utilização de hóspedes do PN, para utilização do Ex-Presidente do PN). Foi distribuído aos presentes um quadro contendo esta informação (**documento arquivado junto com a presente acta**). Esta informação contém igualmente o número de viaturas devolvidas ao Estado, em cumprimento da directiva do Conselho de Administração na sua 6ª reunião ordinária. Foram devolvidas ao Património do Estado 16 viaturas.

e) Cooperação Técnica com a Assembleia da República de Portugal:

O **Secretário-Geral** informou resumidamente sobre as próximas acções a ter lugar no âmbito dessa cooperação, nomeadamente a vinda de técnicos da Assembleia da República de Portugal nos próximos meses de Maio e Junho e os estágios a realizar em Portugal por parte do Secretário-Geral, dois Directores e dois Chefes de Divisão.

Por proposta do **Conselheiro Antoninho Bianco**, ficou decidido apresentar por escrito esta informação, para fins de monitorização da implementação do Programa de

Cooperação Técnica por parte dos Conselheiros. Em resposta o **Secretário-Geral** informou que tal documento existe e que será distribuído aos Senhores Conselheiros (**o documento vai arquivado junto à presente acta**).

PONTO 3 DA AGENDA – ORÇAMENTO RECTIFICATIVO

Sobre este ponto e com base nas informações prestadas pelo **Secretário-Geral** e a discussão havida no Ponto 1, alínea b), deliberou-se aceitar a proposta de rectificação do orçamento do Parlamento Nacional. Sob proposta do **Conselheiro Antoninho Bianco** ficou acordado que o Secretário-Geral apresentará um sumário com as razões justificativas e o quadro com as alterações a propor, para distribuição aos Membros do Conselho de Administração. Foi distribuído um quadro com o cancelamento e suplementação de despesas propostos (**o documento vai arquivado junto à presente acta**).

PONTO 4 DA AGENDA – PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TEMPORÁRIOS E CONTRATAÇÃO DE ASSESSORES INTERNACIONAIS

O **Secretário-Geral** requereu, nos termos das disposições aplicáveis da LOFAP o seguinte:

a) Prorrogação do contracto do técnico de informática, Sr. Dionísio Lopes Barbosa, cujo contrato anterior venceu a 2 de Abril e necessita ser renovado enquanto se aguarda pela conclusão do processo de recrutamento; e

b) Ratificação da contratação de dois assessores internacionais (Fe Gaffud, assessora para finanças e aprovisionamento; Denise Zanuni, assessora de Recursos Humanos) feita em Janeiro passado e respectiva prorrogação, até Junho de 2010.

O **Presidente**: Explicou que a contratação das duas assessoras internacionais resulta de um compromisso assumido no âmbito da implementação do Projecto do PNUD, uma vez que a falta de recursos financeiros angariados pelo referido Projecto não permitiu a este fazer face à contratação dos 14 lugares requeridos pelo PN. Assim, o Parlamento comprometeu-se a financiar estes dois lugares até que o Projecto obtivesse os necessários fundos para fazer face a estas despesas.

O Conselho de Administração **decidiu**, nos termos dos aplicáveis dispositivos legais da LOFAP:

- a) Autorizar a prorrogação do contrato do Sr. Dionísio Lopes Barbosa, técnico de Informática, por um período de um ano.
- b) Ratificar a decisão de contratação das assessoras internacionais Sra. Fe Gaffud, assessora para Finanças, Aprovisionamento e Património, e Sra. Denise Zanuni, assessora de Recursos Humanos, realizada em Janeiro e a sua prorrogação até 30 de Junho de 2010.

PONTO 5 DA AGENDA - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO 1º TRIMESTRE DE 2010

Em cumprimento de preceito da LOFAP, Lei de Organização e Funcionamento da Administração Parlamentar, sobre a apresentação de relatórios de execução orçamental, O **Secretário-Geral** fez a distribuição do relatório consolidado da execução orçamental de 1 de Janeiro a 12 de Abril, o que corresponde ao relatório do 1º trimestre de 2010 (**o relatório vai arquivado junto à presente acta**).

A reunião foi encerrada aproximadamente às 11:30 horas.

Esta acta foi lida, achada conforme e aprovada por unanimidade pelo Conselho de Administração, na sua 2ª Reunião Extraordinária, de 06 de Maio de 2010, e vai assinada pelo seu Presidente e todas as páginas por ele rubricadas.

O Presidente do Parlamento Nacional,

Fernando La Sama de Araújo